

Acordo em 13 dias

|||

Da Redação

Com agências Folha e Estado

O presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, disse ontem que o governo espera fechar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até 12 de agosto — dentro de 13 dias. As negociações oficiais começam hoje com a chegada da missão de técnicos brasileiros a Washington (EUA). As conversas informais, porém, começaram há cerca de quatro semanas.

Em entrevista ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo, Fraga disse que não vê nenhum problema em estender o acordo com o Fundo até o início de 2003, no governo do próximo presidente. Questionado sobre a possibilidade de redução do piso das reservas internacionais líquidas nas negociações com o FMI, ele afirmou que "há flexibilidade para adaptar o acordo".

O piso para este ano foi fixado em US\$ 15 bilhões. Sua redução amplia o volume de dólares do BC para intervir no câmbio, já que os recursos para as in-

tervenções vêm das reservas líquidas. As reservas líquidas, hoje próximas de US\$ 27 bilhões, não incluem os recursos emprestados pelo FMI — pouco mais de US\$ 10 bilhões — nem aqueles usados para a compra, pelo BC, de títulos da dívida externa brasileira, hoje em cerca de US\$ 2 bilhões.

Integrantes da equipe econômica afirmam que a tarefa em Washington não é trivial, mas estão confiantes em dois pontos. O acordo sairá logo e envolverá um volume significativo de recursos capaz de construir uma ponte até os primeiros meses de mandato do sucessor.

PREÇO DE REMÉDIOS

O preço dos remédios está defasado, devido à desvalorização do real nos últimos meses, segundo a Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma). Por isso, os empresários querem reajustar os preços. Em junho a defasagem era de 7%. Esse percentual não embute a alta expressiva do dólar neste mês, quando a cotação ultrapassou os R\$ 3,00. A Febrafarma já pediu à Câmara de Medicamentos (Camed), em junho, um reajuste de 7%, que não foi aceito pelo governo. Os aumentos de preços dos medicamentos no Brasil são controlados pelo governo e vêm sendo concedidos apenas uma vez por ano. Os preços estão congelados desde o último reajuste autorizado pelo governo, de 4,32%, em janeiro. Nos primeiros dias de agosto, os representantes da Federação deverão se reunir para recalcular as perdas e pedir novo reajuste.